

A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES EM ESCOLAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA POR MEIO DAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS: NOVOS DESAFIOS PARA A GESTÃO ESCOLAR¹

Luciana Cordeiro Limeira

lucianaclimeira@gmail.com

Wellington Ferreira de Jesus

wellington.jesus@catolica.edu.br

Universidade Católica de Brasília - Brasil

Resumo

O artigo discute a análise de entrevistas realizadas com membros dos conselhos escolares de duas escolas públicas de Brasília sobre o uso dos dados das avaliações institucionais na construção e condução do Projeto Político Pedagógico da escola. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas e as respostas organizadas, conforme temas específicos, analisadas a partir de categorias e subcategorias. Tal análise permite constatar a dimensão dos desafios a serem enfrentados na consolidação da avaliação institucional como processo de autoavaliação e autoanálise do trabalho escolar, assim como da construção participativa do Projeto Político Pedagógico das escolas. Considera-se, ao final, a relevância dos conselhos escolares para que a gestão democrática da escola ocorra também num contexto pedagógico.

Palavras chave: Avaliação Institucional, Conselhos Escolares, Políticas Públicas.

Considerações Iniciais: a avaliação em foco

Avaliar é uma atividade humana que se constitui num importante instrumento para conhecer e aprender. É uma ação natural realizada por qualquer sujeito a respeito das coisas (acontecimentos, objetos, pessoas) que estão ao seu redor, das atividades desenvolvidas ou produzidas por si próprio ou por outros sujeitos.

O artigo discute a análise de entrevistas realizadas com membros dos conselhos escolares de duas escolas públicas de Brasília sobre o uso dos dados das avaliações institucionais na construção e condução do Projeto Político Pedagógico da escola. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas e as respostas organizadas, conforme temas específicos, analisadas a partir de categorias e subcategorias. Tal análise permite constatar a dimensão dos desafios a serem enfrentados na consolidação da avaliação

¹ Este artigo compõe parte dos resultados analisados na pesquisa de mestrado intitulada “Avaliação Institucional e Projeto Político Pedagógico: uma trama em permanente construção” realizada pelos autores.

institucional como processo de autoavaliação e autoanálise do trabalho escolar, assim como da construção participativa do Projeto Político Pedagógico das escolas.

Conforme Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p. 27) “avaliar significa compreender as atividades, fatos ou coisas avaliadas com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”. Assim, a abrangência do processo avaliativo se faz na mesma proporção que o comportamento humano e suas relações podem alcançar podendo ser realizada informalmente ou sistematicamente.

A avaliação escolar, segundo Méndez (2007), Esteban (2003) e Hoffmann (2001), constitui-se do ato de conhecer e averiguar o que os estudantes já sabem, o que aprenderam e o que ainda falta conhecer sobre determinado conhecimento. Essa ação caracteriza-se por um processo formativo de avaliação que surge da interação dos sujeitos com o mundo.

A avaliação da aprendizagem é o instrumento adequado para orientar o professor na correção desses desvios. Quando somente aplicada ao final de períodos, muitas vezes longos de um para o outro, chega tarde demais e passa a ter características classificatórias, dado o sentido que esta tem de qualificar o que os estudantes apresentaram.

Tais práticas avaliativas, muito frequentes nas escolas, reproduzem seu modo de pensar e de agir como um todo. A escola, com o passar dos anos e com as características dos sujeitos que a constituem, constrói sua história. Essa história tem seu registro na estrutura física (construções e reformas, ambientes adaptados e reservados) e no comportamento de seus integrantes (nas ações habituais, modos de pensar e discursos frequentes de seu corpo docente, equipe gestora e de funcionários), que constitui um *habitus* escolar.

Para Bourdieu (2010), o *habitus*, é ao mesmo tempo “[...] um haver e um conhecimento adquirido. Indica a disposição incorporada, quase postural”. Segundo o autor, trata-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática”, o “[...] lado ativo do conhecimento prático” (p. 61). Dessa forma, suas posições evidenciam capacidades também de autoria, fruto de intensa dedicação, criação e inventividade.

Nessa concepção, o *habitus* na prática avaliativa dos professores não é algo engessado, de difícil mudança. Para que as mudanças nos processos avaliativos (parte componente do *hábitus* escolar) venham a ocorrer é preciso mobilizar professores,

gestores e funcionários a repensar suas práticas, assim como a estrutura organizacional da escola e do seu trabalho pedagógico.

Em relação à avaliação da aprendizagem, é preciso mudar o foco do que o estudante não sabe para o que já foi aprendido, do que é feito pelo professor e o que precisa mudar para que o estudante aprenda melhor. Esse processo de autoavaliação profissional e institucional é uma tarefa que exige disposição de todos em fazê-la, e principalmente, de equipes gestoras comprometidas com um trabalho que está realizando. Nesse sentido, a avaliação institucional (interna) vem contribuir com a autoanálise dos sujeitos e dos processos dentro da escola e das ações por esta desenvolvidas.

Também, para Esteban (2003) a concepção de avaliação da aprendizagem deve ir além do ato de mensurar o conhecimento adquirido pelos estudantes. De um modo mais amplo, sem o intuito de culpabilizar o professor pelos maus resultados encontrados, a avaliação escolar deve questionar qual a relação existente entre o ensino oferecido e a aprendizagem verificada. Esta deve constituir-se de uma reflexão contínua e ampla das ações desenvolvidas em sala de aula numa interação dos sujeitos participantes do processo de aprendizagem.

Dentre os processos avaliativos existentes na escola a avaliação educacional convive e auxilia no levantamento de dados e informações para a realização da avaliação institucional. Tais avaliações diferenciam-se pelos processos e finalidades a que servem. Para Fernandes e Belloni (2001), a avaliação educacional enfoca os processos de ensino-aprendizagem que envolve a avaliação da aprendizagem e, por conseguinte, de currículos. Já a avaliação institucional abrange a avaliação das escolas (seus sujeitos e processos) e o sistema educacional como um todo.

Afonso (2009), ao analisar a avaliação educacional e institucional numa perspectiva sociológica, apresenta a avaliação em quatro níveis de aplicação no processo educacional: 1) nível micro (pedagógico/sala de aula); 2) nível meso (organizacional ou institucional); 3) nível macro (nacional ou sistema); e 4) nível mega (internacional, entre países). A responsabilidade de aplicação da avaliação, em cada um dos níveis, está destinada a determinados grupos de profissionais, envolvidos no trabalho escolar e educacional.

Dessa forma, os processos avaliativos presentes nas escolas (nível micro e meso) constituem uma complexa ação dos docentes e gestores. Envolvem, ao mesmo tempo, as aprendizagens cognitivas dos estudantes, assim como os processos de formação necessários para que elas se desenvolvam integralmente. Assim, professores e gestores ao avaliar, também são avaliados pelos resultados obtidos.

Para Freitas et al. (2009), a prática avaliativa dos professores deve estar integrada a um projeto maior de escola. Os professores não podem ignorar a existência de um projeto políticopedagógico de escola que orienta as ações a serem realizadas e o que se deseja alcançar no trabalho coletivo. A escola, assim como os estudantes, também precisa ser avaliada, conforme seus objetivos, metas e ações previstas. Para isto, os sujeitos envolvidos devem agir coletivamente.

Então, quando os processos avaliativos se ampliam para além do ato de ensinar e passam a envolver ações desenvolvidas pela escola como um todo, no intuito de atender a uma comunidade que busca uma educação de qualidade, os professores e gestores escolares passam a ser objeto de avaliação, como no caso da avaliação institucional (interna e externa) nas escolas.

Nesse sentido, Sordi e Lüdke (2009) esclarecem que, dada centralidade que a avaliação vem ganhando nas discussões e propostas das políticas públicas educacionais, a avaliação institucional passou a suplantar a avaliação da aprendizagem dos estudantes exigindo dos profissionais docentes um conhecimento mais apurado, “alguma *expertise*” para lidar com novos e diferentes modelos de avaliação (p.316).

A avaliação institucional tem papel relevante na construção de uma escola ativa e transformadora que se responsabiliza pelo seu trabalho e está aberta às mudanças necessárias para os ajustes e adaptações às exigências de um mundo globalizado e cada vez mais inclusivo.

Avaliação institucional: revisando e repensando as práticas

A avaliação institucional, como amplo processo avaliativo, é uma ação que envolve diferentes sujeitos e processos dentro de uma instituição com o intuito de criar subsídios para a melhoria do trabalho desenvolvido. Envolve diferentes agentes tanto

internos, quanto externos para um contínuo e sistematizado levantamento de dados. Essa ação se torna reconhecidamente legítima, quando se faz de forma participativa.

Nesse sentido, Belloni (2007) destaca que a avaliação institucional deve buscar a compreensão de todos os aspectos presentes na realidade e cotidiano da instituição. Assim, deve responder a questões referentes ao bom ou mau desempenho dos sujeitos em suas atividades, dos processos e produtos surgidos dessas ações, identificar quais as potencialidades e fragilidades desses sujeitos e processos, e ainda auxiliar no processo decisório, na tomada de decisões para melhoria da instituição como um todo.

Dias Sobrinho (2000) esclarece que a avaliação institucional, diferentemente da avaliação individual das aprendizagens dos alunos, apresenta uma amplitude bem maior porque busca compreender como se processam as relações e as estruturas que compõem a instituição. Também, que a avaliação institucional não pode ser utilizada para expor publicamente as escolas evidenciando somente suas fragilidades, dado que, como processo avaliativo, não pode perder de vista seu caráter essencial, que é o pedagógico e, de rever ações de todos os envolvidos para este fim.

Dada sua importância para a condução das políticas públicas educacionais, a avaliação institucional vem se consolidando como uma prática cotidiana no interior das instituições de ensino, públicas e privadas, da educação básica até a superior. No cotidiano escolar, a avaliação institucional constitui um processo permanente por sua característica pedagógica e participativa e que vem a constituir uma cultura de autoavaliação nas instituições (BALZAN; DIAS SOBRINHO, 2000).

Contudo, a avaliação institucional como processo autoavaliativo apresenta-se, em sua forma de aplicação de duas maneiras: interna e externa. A avaliação institucional interna trata-se de um processo de autoavaliação e autoanálise dos sujeitos e dos processos que compõem e desenvolvem o trabalho escolar. Em sua realização, analisa os dados gerados pela avaliação externa, num entrelaçamento de informações objetivas e subjetivas geradas dentro e fora da escola. A avaliação institucional externa ou de sistema trata-se de um processo avaliativo, de grandes proporções (em larga escala).

Souza (2005) esclarece que a recente produção de estatísticas e indicadores de desempenho no Brasil como, por exemplo, a Prova Brasil, a Provinha Brasil e a Avaliação Nacional de alfabetização, traz a possibilidade de diagnosticar e monitorar o desempenho de escolas. Utilizando-se de seus resultados, as políticas públicas de

educação poderão ser acompanhadas de modo mais sistemático podendo assim, serem avaliadas e redimensionadas.

No entanto, observa-se os dados gerados por essas avaliações não são eficientemente utilizados pelas próprias escolas avaliadas. Seja por desconhecimento de sua utilidade, do ponto de vista administrativo-pedagógico, seja pela sua utilização na autoanálise do desempenho da escola diante dos sujeitos e dos processos nela envolvidos. Considera-se necessário orientar a ação de gestores em relação ao uso desses dados para implementar ações que gerem mudanças no trabalho desenvolvido com a finalidade de melhorar a escola pública.

Segundo Marinho (2011), esse controle, exercido pelo Estado no uso das avaliações externas incide sobre a previsão na aplicação de recursos e no estabelecimento de um currículo comum. A autora explica ainda que esse processo de constante avaliação e regulação do Estado confere às escolas uma autonomia vigiada. Assim, de posse dos resultados, assegura seu controle, promove a descentralização na execução de programas e projetos que viabilizem melhorias nesses resultados e torna a centralizar as decisões na formulação das políticas públicas.

Dessa forma, a escola não pode eximir-se de sua responsabilidade quanto ao bom ou mau desempenho de seus alunos, mas o Estado também não. Os gestores escolares em Brasília são ao mesmo tempo os representantes das políticas públicas vigentes e da comunidade escolar que o elegeu. Para Souza (2012), os gestores funcionam como um braço executivo dessas políticas lidam diretamente com essas relações de poder. No entanto, suas ações estão diretamente relacionadas a uma boa ou má política pública.

As políticas públicas também necessitam ser avaliadas e analisadas conforme os parâmetros avaliativos básicos. Tais parâmetros, conforme explica Belloni, Magalhães e Souza (2007) são de eficiência, eficácia e efetividade social de ações implementadas. Para os autores (os parâmetros avaliativos) funcionam, ao mesmo tempo, como indicadores gerais de avaliação das ações de planejamento e execução e dos resultados alcançados pela política.

Numa importante definição desses parâmetros, os autores esclarecem que

A eficiência diz respeito ao grau de aproximação e à relação entre o previsto e o realizado, no sentido de combinar os insumos e implementos necessários à consecução dos resultados visados. Eficácia corresponde ao resultado de

um processo; entretanto, contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente proposto. Ela se expressa, também, pelo grau de qualidade do resultado atingido [...]. A efetividade social refere-se às consequências da qualificação junto ao trabalhador, em sua vida profissional e pessoal. Destaca-se, assim, efetividade social como um critério de avaliação que procura dar conta dos resultados, tanto econômicos quanto sociais, da política pública [...]. Na concepção adotada para a avaliação externa, efetividade social tem a ver com os resultados objetivos e práticos da política junto aos setores sociais visados (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007, p. 62-69).

Também para Sander apud Davok (2007) somando-se aos parâmetros avaliativos citados anteriormente, o critério de relevância está diretamente relacionado à melhoria do desenvolvimento humano, pois mede a importância, valor e significância das possíveis mudanças na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no sistema educacional.

Assim, os resultados obtidos nas avaliações institucionais devem ser relacionados não somente ao trabalho desenvolvido por cada escola, mas também, às políticas públicas as quais estão submetidas.

A escola, como uma instituição pública que é e com a autonomia construída por meio dos processos democráticos de gestão, deve prestar contas à comunidade que atende. Deve assim, diante dos resultados apresentados por essas avaliações, buscar, junto à sua comunidade, o apoio necessário para imprimir mudanças e cobrar atitude e ações concretas no Estado na melhoria da escola.

Malavasi (2010) chama a atenção a esse fato esclarecendo que, ao assumirmos o desafio de nos avaliarmos, por meio de avaliações externas, estamos nos expondo e colocando em xeque nossas práticas. Isto, de alguma forma, pode nos incomodar e até desmistificar muito do que se pensa sobre a escola como detentora do saber. Contudo, essa exposição pode, de forma positiva, imprimir mudanças significativas, a partir da tomada de decisões, por parte da própria escola, ao analisar-se e promover mudanças, e do Estado, ao implementar mudanças nas políticas públicas educacionais. A avaliação institucional possibilita aos sujeitos que integram as escolas de repensarem sobre suas práticas e resultados esperados.

Nesse sentido, a avaliação institucional interna, nas escolas públicas do DF, se consolida por meio de calendário escolar com o Dia Temático², que especifica qual o dia será realizada e prevê a participação da comunidade escolar. Cada escola tem autonomia de organizar as atividades propostas para esse dia de avaliação e os instrumentos utilizados para o levantamento de dados a respeito de suas atividades.

Avaliação institucional interna em escolas de Brasília: construindo reflexões

A avaliação institucional na escola pública demanda uma grande mobilização de pessoas. Nas escolas pesquisadas, os estudantes participam respondendo a questionários, orientados pelos professores. Os pais, funcionários e professores também respondem à questionários próprios. Em reunião coletiva, os professores e gestores discutem temas relevantes para o bom funcionamento da escola, redimensionam ações já existentes e delineiam novas ações conforme as demandas que chegam.

No entanto, ainda há pouca clareza para todos os envolvidos do que se faz com essas informações levantadas, comunicar o que foi exitoso ou não para sua comunidade escolar e como a escola pode utilizá-las na construção de seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Para melhor compreender e analisar a relação existente entre a avaliação institucional e a permanente construção e condução do PPP da escola, a opção metodológica utilizada para a realização dessa pesquisa de mestrado foi a da pesquisa qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados é feita a partir de diversos instrumentos, dentre eles, o próprio pesquisador. Os dados resultantes do pesquisador constituem-se em material reproduzido por palavras e descrições onde a subjetividade deste desempenha importante papel para uma análise mais aprofundada em sua investigação.

O uso da entrevista, técnica de trabalho muito utilizada em diversas pesquisas nas ciências sociais, tem como objetivo mapear e compreender assuntos referentes à

² O Dia Temático - Avaliação - foi estabelecido, em calendário escolar, como consta na Estratégia de Matrícula da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) desde o ano 2009, para que as escolas públicas do DF desenvolvam atividades de avaliação em todos os níveis e modalidades de Educação Básica, com a participação de todos os envolvidos no processo: professores, auxiliares de educação, equipe gestora, comunidade e alunos.

vida dos respondentes. Possibilitando aos pesquisadores a introdução de esquemas interpretativos promovendo, de forma mais abstrata, a compreensão das narrativas em torno de conceitos (GASKELL, 2008).

Dessa forma, após a realização de entrevistas com membros dos conselhos escolares das escolas pesquisadas, conforme a metodologia de pesquisa adotada, foi possível organizar as respostas em seis categorias e, em seguida, em subcategorias com o número de ocorrências nas respostas.

O quadro 1 foi produzido para melhor analisar as respostas das entrevistas. Constam aqui as categorias 4 e 5 que dizem respeito ao conhecimento que os respondentes tem das avaliações institucionais e sua função e, do uso de seus dados na construção e condução do PPP das escolas.

Quadro 1 - Síntese das Categorias e Subcategorias

Categoria	Subcategorias	Ocorrência
4. Conhecimento sobre as avaliações institucionais	4.A. Conhece	9
	4.B. Conhece parcialmente	1
	4.C. Desconhece	1
	4.1. Adéqua a escola às exigências de avaliação externa	3
	4.2. Adéqua o docente ao processo	2
	4.3. Avaliação está aquém da escola	2
	4.4. Avalia parcialmente	1
	4.5. Influencia o currículo	1
	4.6. Não representa a realidade	1
	4.7. Supervalorização dos resultados	1
5. Uso das avaliações institucionais nas escolas	4.8. Presta contas à sociedade	2
	5.1. Comparar e rever ações	2
	5.2. Autoavaliação	2
	5.3. Avalia a escola de fora	1
	5.4. Descrédito	1
	5.5. Satisfação pessoal	1
	5.6. Enfoque na superação	1
	5.7. Divulgação dos resultados	2
	5.8. Reforço com os alunos	1
	5.9. Informação aos pais	3
5.10. Tomada de atitude (Aval. Interna)	1	
Maior recorrência - relevância	Menor recorrência – relevância	

Fonte: dos dados da Pesquisa de campo.

Análise da categoria 4 - Conhecimento sobre as avaliações institucionais

De uma forma geral, os sujeitos internos³ da escola **conhecem** as avaliações institucionais, especialmente as avaliações externas. Dos 11 entrevistados, 10 responderam positivamente a elas. Ressaltam em suas falas a **importância** que têm as avaliações **para o conhecimento público e prestação de contas à comunidade**, de como anda a escola e qual o seu desempenho, do ponto de vista cognitivo. Elas podem servir para a **autoanálise** do trabalho que desenvolvem e ajudam a **orientar o currículo** a desenvolvido pela escola, **adequando-o**. Entendam-se aqui, por currículo, os conteúdos a serem trabalhados durante o ano. Também, devem servir **como estímulo ao trabalho** desenvolvido (quando os resultados são positivos). Mas não podem servir como único referencial ao trabalho docente, pois, para dois respondentes, elas **estão aquém** da realidade e do trabalho desenvolvido pelas escolas.

Os sujeitos externos da escola ainda estão à margem de muitas discussões que ocorrem em seu interior e no seu dia a dia, inclusive sobre a regularidade com que essas avaliações externas são aplicadas e com que objetivo. **Conhecem parcialmente ou desconhecem** por completo, estão alheios a essas avaliações. Mesmo a avaliação institucional interna, realizada no primeiro semestre, com a participação de pais, por meio de questionário. É surpreendente que a comunidade ainda esteja tão distanciada dessas ações e discussões em favor da melhoria da escola pública. O PPP de uma escola, para ser autêntico, precisa da participação de todos os segmentos que a integram. Para a sua (re)construção, (re)dimensionamento e (re)estruturação, é preciso fazer uso dos instrumentos adequados para melhores posicionamentos, apontamentos e sugestões. A avaliação interna é o espaço propício para que a comunidade se coloque e seja ouvida. Nesse sentido, sua participação efetiva nos processos avaliativos da escola ainda está muito aquém do que se precisa, entre tantos indicadores, para tornar uma escola de qualidade.

Mais uma vez, a participação do segmento de pais, em ações e debates sobre questões referentes à nova demanda que chega às escolas públicas, é limitada. Os pais

³ A distinção feita entre os sujeitos internos (profissionais que atuam nas escolas) e sujeitos externos (pessoas que frequentam as escolas) é com o intuito que se compreenda a participação desses sujeitos conforme o vínculo e a atuação que têm nas escolas. Utilizou-se como referência Marilena Chauí (2008) para melhor compreender essa participação dentro de um “mito” da participação democrática na sociedade brasileira.

continuam desinformados e/ou “desatentos” aos convites e às convocações da escola em estarem mais próximos e mais presentes em seu cotidiano. Esta “desatenção” ou pouca informação que chega aos pais os afastam de espaços imprescindíveis de sua participação, como no caso da avaliação interna das escolas. Também, a avaliação interna, ainda por ser um instrumento recentemente utilizado no cotidiano escolar, provoca insegurança e receio, tanto de gestores quanto de professores, em evidenciar fragilidades do trabalho que desenvolvem e assim, se exporem diante da comunidade.

Para Freitas (2009), ao considerarmos o estudante como o foco principal das atenções da escola, é preciso compreender, do ponto de vista pedagógico que a avaliação institucional deve considerar tanto os dados levantados pelas avaliações de aprendizagem, feitas pelo professor, como também das avaliações externas, realizada de forma sistêmica. Embora as escolas nem sempre compreendam a necessidade dessa frequência com que as avaliações institucionais são propostas, reconhecem a importância desses processos e demonstram que estão a caminho de consolidar essa prática como ação que lhe é própria. Ainda é sutil o uso de dados levantados pelas avaliações externas como parâmetro para rever e redimensionar as práticas pedagógicas e, também, as avaliativas no espaço escolar.

Análise da categoria 5 - Uso das avaliações institucionais nas escolas

A **divulgação** do bom desempenho das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴ deu-se de forma diferenciada. Na Escola 2 por meio da colocação de uma faixa no portão da escola e na Escola 1 por divulgação oral, em reunião com professores. Como **reforço** e estímulo sobre o bom desempenho, as crianças das duas escolas ouviram as explicações dos gestores e professores sobre a importância desse bom resultado, o valor de estudar numa boa escola e de serem bons estudantes. Mas, segundo um respondente, esse momento de esclarecimento para as crianças, lamentavelmente, não se repetiu durante o ano, em outros momentos.

Os resultados obtidos nessas avaliações precisam ser mais bem compreendidos tanto pelos professores e gestores, quanto pelos estudantes e comunidade. Alguns pais, segundo um diretor, **elogiaram** a escola e deram um **retorno positivo** sobre o bom resultado alcançado, porém, continuaram distanciados da escola, em suas ações. Esse

⁴ O IDEB consiste em um indicador que tem como referência o desempenho em testes padronizados e a aprovação escolar dos estudantes da educação básica brasileira.

retorno dos pais, avaliando a escola, é muito importante. É preciso saber ouvir suas colocações, averiguar suas reclamações, **tomar atitudes** cabíveis e divulgá-las, como no caso das avaliações internas. A escola precisa conquistar sua comunidade para que esta se sinta confiante e bem recebida para se posicionar.

Segundo Malavasi (2010), as avaliações externas têm também um importante papel de apresentar à sociedade a direta responsabilidade que tem o Estado nos resultados alcançados por meio de suas políticas públicas. A autora destaca também que é preciso ser transparente e responsável com a sociedade ao apresentar tais resultados de forma que seja garantido a todos o direito de conhecer a qualidade da educação oferecida, destacando também a falsa crença do distanciamento da comunidade na escola. Para a autora, não é porque a família não se encontra fisicamente na escola que esta não esteja presente. Ela se faz representada pelos seus filhos, pelo valor agregado que traz quando confia à escola a responsabilidade pela educação escolar de seus filhos, pois já é sabido que o nível de confiança investido pelos pais na escola também incide diretamente no desempenho de seus estudantes.

No entanto, isto não basta para que as escolas funcionem adequadamente em sua rotina, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto administrativo e financeiro. As escolas não encontram parcerias duradouras que as auxiliem na busca de soluções de toda ordem, sobretudo às demandas internas, acarretando aos gestores uma sobrecarga de tarefas que os impossibilitam de atender adequadamente às necessidades mais complexas, que exigem dedicação e tempo.

A análise do desempenho bimestral das crianças, nos conselhos de classes, já é um passo importante, dado pelas escolas, no sentido de buscar razões para o não aprendizado e, resultados positivos para as ações já consolidadas. Isto, por si só, ainda é muito superficial em se tratando de um processo avaliativo como da avaliação institucional, que abrange não somente o trabalho docente, mas, também, dos processos e dos sujeitos nele envolvidos.

Dessa forma, somente com uma avaliação contínua e permanente **autoanálise** do trabalho desenvolvido pela escola, será possível alcançar um nível de maturidade profissional que agregue aos alunos aprendizagens significativas ao conhecimento construído e reproduzido nas escolas.

Mais uma vez, de forma geral, os sujeitos internos da escola reconhecem a importância da análise de dados das avaliações externas para **autoavaliação**, identificação de fragilidades e potencialidades do processo de ensino e, da apresentação de seus resultados para fortalecer a escola e motivar seus profissionais e comunidade (no caso das escolas, por terem um considerável crescimento no desempenho). Ainda há que se considerar que um respondente apresentou um profundo **descrédito** nessas avaliações e na importância que estas podem ter para o trabalho da escola. É possível que esse descrédito seja fruto de uma condução inadequada no repasse dessas informações para a comunidade. É preciso que a escola, inicialmente, se aproprie desse conhecimento para informar melhor aos pais dessas e de outras ações que já estão, há algum tempo, consolidadas nas escolas, orientadas por políticas públicas educacionais.

Assim, a presença de equipes de acompanhamento pedagógico, junto às escolas e suas equipes gestoras, que atuem em parceria a fim de orientá-las e auxiliá-las a desenvolver suas autoanálises, a partir dos resultados desses processos avaliativos, poderá promover nos sujeitos envolvidos, uma atuação mais consciente e responsável sobre o trabalho que desenvolvem.

Considerações finais:

As políticas públicas educacionais em Brasília demandam às escolas amplas ações de participação da comunidade escolar em seu cotidiano. Nesse sentido, destacamos o Dia Temático, no caso de Brasília, em que a comunidade é convidada a participar avaliando, sugerindo e agindo em favor da escola, é uma tentativa de consolidar a participação, conforme prevê a gestão democrática da escola pública.

No entanto, observou-se, nas escolas, a falta de sujeitos que orientem essa participação, assim como espaços destinados a esse fim para ter essa comunidade mais presente. As demandas internas e externas sobrecarregam as equipes gestoras nesse sentido. Mesmo com toda a mobilização de uma avaliação institucional interna, ainda há pessoas que desconhecem essa ação e não dela participam. Aos representantes do conselho escolar ainda falta maior clareza a respeito das ações desenvolvidas pela escola, quais suas funções e a busca por maior participação nessas ações e decisões em favor dos estudantes, assim como de melhorias para a escola como um todo.

A escola pública precisa criar uma identidade própria, a partir dos sujeitos que a compõe. Nesse sentido, os conselhos escolares desempenham um importante papel na consolidação de uma escola democrática e participativa. Também, é necessário que os profissionais docentes tenham clareza de sua função permanente de ensinar e de aprender. Dessa forma, que venham a contribuir para que a escola tenha um trabalho efetivamente de qualidade, que mobilize seus estudantes a se fazerem vistos e ouvidos socialmente e que assim, exerçam sua cidadania. Assim sendo, que a escola pública seja reconhecida e respeitada.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, p. 38-56, 2005.
- BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, J. (Org.). **Avaliação Institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: Crítica Y emancipación. **Revista latino-americana de ciências sociais**. Año 1, n. 1, jun. 2008, p. 53-76. Buenos Aires: Clacso, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 18/12/2011.
- DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba (SP), v. 12, n.3, p. 505-503, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n3/a07v12n3.pdf>. Acesso em: 30/05/2012.
- DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em: 31/07/2012.
- ESTEBAN, Maria Teresa. Pedagogia de projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, Janssen Felipe; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, p. 81-92, 2003.

FERNANDES, Maria Estrela de Araújo; BELLONI, Isaura. Progestão: **como desenvolver a avaliação institucional da escola?**, módulo IX. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, p. 17-33, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. **Avaliação educacional** – caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – um manual prático. Petrópolis (RJ): Vozes, p. 64-89, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MALAVASI, Maria Márcia Sigrist. Avaliação Institucional de qualidade potencializada pela participação dos vários segmentos da escola. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas (Org.) et al. **Convergências e tensões no campo de formação e do [...]trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 84-103, 2010.

MARINHO, Railma Aparecida Cardoso. **Políticas públicas de avaliação: a avaliação externa e a realidade educacional da microrregião de Januária – MG**. Dissertação (Mestrado em Educação). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=597>. Acesso em: 21/03/2011.

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvares. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional, instrumento de qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In: BALZAN, Newton Cesar; DIASSOBRINHO, J. (Org.). **Avaliação Institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, p. 53-86, 2000.

SORDI, Maria Regina Lemes; LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, p. 313-336, jul.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a05v14n2.pdf>. Acesso em 11/09/2012.

SOUZA, Alberto de Mello. A relevância dos indicadores educadores para a educação básica: informação e decisão. In: SOUZA, Alberto de Mello (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, p. 90-109, 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. In Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.